

1960. Segundo Duarte,¹⁸⁸ essas imagens surgem como efeito da crise da cultura ocidental no pós-guerra e a emergência de novos valores, tais como crítica ao [...] consumo; o *rock and roll* de caráter contestatário, rebelde e violento; a busca de *experiências sexuais e psicodélicas*; os *fenômenos sociais* [com a bandeira por igualdade de direitos civis entre negros e brancos sob a liderança de Martin Luther King] e a *geração beat*, que busca um estilo de vida diferente — libertário — e influencia o rock dos anos de 1960 e músicos como Bob Dylan e o Beatle John Lennon.¹⁸⁹

Por outro lado, segundo Pereira, esse conjunto *de movimentos de rebelião da juventude* [que] *rompe com as regras do jogo*¹⁹⁰ explica o fenômeno da contracultura, inaugurando um estilo de vida catalisador e questionador. As transformações são reconhecidas como *contracultura* e associadas com a descrença no liberalismo e no capitalismo, possibilitando a invenção criadora e as utopias de uma *nova esquerda*.

Tudo isso compõe os movimentos sociais da década de 1960: as noções de *vanguarda* e *messianismo* construídas pelos ex-militantes e o poder que se auto-atribuem os estudantes naquela década. Assim, eles se reconhecem como vanguarda por participarem de um processo cultural contestatário e analítico, que cria as condições de defesa de uma sociedade com “propostas inovadoras” para a década de 1960. A imagem de vanguarda elaborada pelos ex-militantes se vincula aos traços culturais e políticos de Goiás e do Brasil, organizando uma narrativa que aproxima e integra os espaços e se legitima por se inserir num *momento da história em que a juventude partiu para contestar o sistema de uma forma global*.¹⁹¹

Ao reivindicarem a face política do movimento estudantil na condição de mediador e transformador do país, os ex-militantes o apontam como mecanismo de construção social e política do indivíduo. Na condição de vanguarda, reconhecida como consciência, esses indivíduos poderiam contribuir para a transformação democrática da sociedade — como afirma o ex-militante Pedro Wilson: *ao evocarem liberdade e democracia, [...] os estudantes [...] contribuíram radicalmente na transformação de normas comportamentais, valores sociais e políticos e na forma de as pessoas enxergarem o mundo*.¹⁹² Palavras como liberdade, democracia e transformação são

¹⁸⁸ DUARTE, 1994.

¹⁸⁹ DUARTE, 1994, p. 24–9.

¹⁹⁰ PEREIRA, Carlos Alberto. *O que é contracultura*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 20

¹⁹¹ Allan Kardeck Pimentel. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 142.

¹⁹² Pedro Wilson. DIAS; DIAS, 1990, p. 162.

apontadas nos relatos como formas de conscientização da sociedade: os estudantes são, então, os primeiros e únicos que reconhecem as necessidades da sociedade — tida como “desamparada”, “apática” e “alienada” —, problematizam-na e apontam soluções.

A imagem de vanguarda é elaborada pelo viés dos significados políticos, reconhecidos na avaliação do passado vivido e reconstruídos no presente de rememoração como forma de legitimação política dos ex-militantes. Tal imagem pode ser percebida no relato do ex-militante Allan Kardeck Pimentel: *nós representávamos a juventude na arena política em defesa da liberdade*.¹⁹³ Ao se posicionarem como vanguarda política da sociedade — então sob o jugo de uma ditadura militar —, os estudantes personificam as imagens de consciência e ação como pontos que os diferenciam da sociedade e dos estudantes de outros momentos históricos: *nós fizemos uma revolução em todos os aspectos de valores [...] encontramos uma sociedade muito mais tradicional, muito mais fechada, e nós viramos esta sociedade de cabeça para baixo*.¹⁹⁴ Essas narrativa são elaboradas na década de 1990 por ter sido concretizada, segundo eles, não a sonhada revolução *política*, mas uma sombra dessa revolução, cujo parâmetro é uma revolução *cultural* que visava aos valores sociais tradicionais da década de 1950. Associados à reorganização do movimento estudantil no início dos anos de 1990 — que reivindicava então o projeto de destituir o presidente da República —, alguns relatos dos ex-militantes apontam propostas e realizações dos estudantes de 1960 como referência e solução ao movimento estudantil em 1990: *servimos de exemplo de luta para as gerações pósteras*.¹⁹⁵

No entanto, segundo outros relatos, uma vez tentada a revolução dos estudantes de 1960, não há como tentá-la de novo. Dentre os ex-militantes que compactuam com essa idéia, está Liz Elizabete A. Melo Duarte. Segundo ela: *se uma geração [...] fez uma revolução, a próxima não tem como ser revolucionária, não, porque a revolução já foi feita*.¹⁹⁶ Outro grupo de ex-militantes acredita que cada período tem seus próprios problemas, e são estes que determinam as necessidades de consciência e transformação. Nesse sentido, afirma Pedro Wilson: *tempos diferentes, realidades diferentes*.¹⁹⁷

Como afirmação do poder que os ex-militantes reivindicam ter, pontos como “ação” e “liderança” são cristalizados em seus depoimentos. Vêm-se como vanguarda

¹⁹³ Allan Kardeck Pimentel. DIAS; DIAS, 1990, p. 142.

¹⁹⁴ Liz Elizabeth A. Melo Duarte. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹⁹⁵ Bianor Ferreira de Lima. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹⁹⁶ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

¹⁹⁷ Pedro Wilson. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

em razão das ações pensadas e efetivadas pelo movimento estudantil,¹⁹⁸ possíveis de serem concretizadas pela mediação do líder e dos estudantes com base na conscientização e no desejo de transformar a sociedade e a política brasileira.

Também o messianismo¹⁹⁹ parece nos relatos dos ex-militantes quando enfatizam o posicionamento do movimento estudantil nas várias ações contrárias à ditadura militar. Os estudantes funcionam como liderança da sociedade e são definidos, a exemplo de Athos Magno, como a *ponta de lança da sociedade*²⁰⁰ porque enfrentam e respondem às necessidades da sociedade que *não se faz sentir*.²⁰¹ As imagens messiânicas construídas pelos ex-militantes compõem as justificativas para a ação do movimento estudantil. Como diz Pedro Wilson: *os estudantes significavam pressões, reivindicações estudantis e também sociais de forma massiva*²⁰² com o fim de denotar o

¹⁹⁸ Cf. “A ação faz a Vanguarda”, lema da organização chefiada por Marighella — a Ação Libertadora Nacional (ALN). Ver: ARNS, Paulo E. *Brasil: nunca mais — um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁹⁹ O termo messianismo hoje designa a crença na vinda de um enviado divino — que trará aos homens justiça, paz e condições felizes de existência — e a ação de um grupo obediente às ordens do guia sagrado para instaurar na terra o estado de felicidade sonhado. A crença nasce do descontentamento, cada vez maior, de certas coletividades ante desgraças e injustiças sociais opressoras e afirma formalmente a esperança de que haverá uma mudança completa das penosas condições de existência, trazida por um personagem sagrado que estabelecerá a ordem; assim, ela equivale a uma conscientização, ainda vaga, dos conflitos sociopolítico-econômicos que não ocorre senão num tipo de religião definido (Ver: QUEIRÓS, M. I. P. de. *Historia y etnología de los movimientos mesiánicos*. México: Siglo XXI, 1969). Entretanto, a história das religiões mostra que o termo messianismo deriva da palavra hebraica *mashiah* — o ungido (de Deus) — e nomeia uma crença religiosa aparente em movimentos de salvação herdeiros de grandes tradições religiosas (mosaísmo, profetismo hebraico do exílio, cristianismo, islamismo, zoroastrismo e budismo, dentre outros) e em movimentos proféticos de liberdade e salvação cujas raízes religiosas independem dessas tradições. A idéia central do messianismo são a espera e a chegada de um redentor que instaurará uma nova ordem de justiça e felicidade, e isso parece responder ao mundo das imperfeições ou sofrimentos conectados com a esperança de um herói semideus que trará a salvação. As crenças messiânicas judaicas mais estudadas e analisadas têm raízes profundas e remotas, que se fundem ao próprio estrato mosaico e seguramente antes, pois o mosaísmo sintetiza elementos mais antigos. [...] *A fase político-nacional do messianismo não é anterior nem posterior à fase ético-universal; o messias se transforma, pois, em um herói nacional, que pode ser um profeta ou rei, ou também o mais pobre e piedoso servo de Deus segundo o tempo messiânico, que pode trazer solução à miséria presente ou vir acompanhado de catástrofes e guerras. Então, o advento do messias depende da piedade e da vida santa do povo. [...] Em todas as formas de movimentos messiânicos, se chama a atenção para um programa revolucionário renovador que não expressa uma necessidade puramente mítica, nem uma simples nostalgia de épocas éticas e de condições antigas, e sim uma dinâmica histórica energicamente voltada para o futuro. Esse programa renovador é completado por um universalismo novo, baseado em alianças novas. E esse universalismo dos movimentos messiânicos é o que propõe uma convergência entre as crenças messiânicas e alguns aspectos do marxismo, como resultados das relações orgânicas entre movimentos messiânicos e movimentos revolucionários modernos.* (HODGKIN, T. *Mahdisme, messianisme et marxisme dans le contexte africain*. In: _____. *Présence africaine*. Paris, 1970) NETTO, Antonio G. M. (org). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1987, p. 747–48.

²⁰⁰ Athos Magno. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

²⁰¹ Athos Magno. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

²⁰² CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

caráter e a parcialidade política dos estudantes, assim como suscitar a responsabilidade entre os indivíduos envolvidos.

Por sua vez, tais indivíduos são reconhecidos nacionalmente pelas outras lideranças sociais, pois *os grandes líderes nacionais da época eram advindos das lutas estudantis*.²⁰³ Responsáveis pela consciência e defesa, os estudantes se organizam num movimento social cuja prerrogativa é a *sociedade*. Todavia, sua defesa é constituída por vários sujeitos e composta por estudantes de diferentes instituições e graus de escolaridade. Tais diferenças resultam em disputas entre grupos organizados e instituições e compõem a imagem do *líder estudantil*, que se faz necessário como elo entre esses diferentes segmentos. No dizer dos ex-militantes, o líder estudantil responde pela organização, defesa, representação e determinação das ações do grupo.²⁰⁴ A repercussão da ação dos grupos estudantis resulta do número de participantes nas mobilizações, que auxiliam a construção das imagens e dos símbolos da militância e da liderança estudantil, assim como os tornam alvos da perseguição repressora, cuja justificativa era a desmobilização dos grupos estudantis responsáveis pelos atos, considerados como “subversivos” pela ditadura militar. As decisões são tomadas pelos líderes em ocasiões particulares como reuniões e debates e se cristalizam na ação dos estudantes, seja em instituições de ensino (prédios que congregam o poder local, estadual ou nacional) ou em ruas, praças e avenidas. Como afirma Liz Elizabeth A. Melo Duarte: *eles mandavam e nos fazíamos*.²⁰⁵

O desenvolvimento de uma hierarquização no movimento estudantil durante a ditadura militar começa no partido político ou nos dirigentes de organizações políticas chamadas então “aparelhos”, desdobra-se nos líderes estudantis nacionais e estaduais e nas instituições de ensino e finaliza nos estudantes em geral. Em muitos casos, o estudante *sabia que fazia parte de um partido, mas [...] só tinham um contato [...] e por incrível que pareça não [...] [sabia] durante todo o tempo, qual o partido*,²⁰⁶ o que se justifica como proteção dos líderes e dos envolvidos no grupo e ações.

Segundo dizem os ex-militantes, o que caracteriza o líder estudantil é a “valentia”, a “capacidade de propor soluções” e o “poder de organização”. Para o ex-militante Bianor Ferreira de Lima (que se auto-define como líder estudantil no passado

²⁰³ Bianor Ferreira de Lima. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II

²⁰⁴ Como os grêmios estudantis, o DCE, os centros acadêmicos e diretórios acadêmicos dos cursos de graduação da UFG e UCG.

²⁰⁵ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II

²⁰⁶ Liz Elizabeth A Melo Duarte. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II

vivido), *o líder não pode ser omissor nem covarde*.²⁰⁷ Outra característica do líder se percebe nos indivíduos que não são da cúpula do poder estudantil, mas que, pelas ações de enfrentamento e pela repercussão das imagens construídas, são pontuados ou elevados à *liderança* de um grupo ou convidados a participar do processo de organização. Exemplo desses é Bianor: elevado à categoria de líder do partido acadêmico²⁰⁸ Aliança Renovadora Acadêmica (ARA) graças ao *reconhecimento de [sua] liderança por [...] colegas*.

Essas imagens foram construídas por ex-militantes, líderes do movimento estudantil dos anos de 1960 em Goiás, para positivarem sua participação e a projetar no presente, construindo imagens mediadas por interesses políticos ativos nos dois tempos: do passado vivido (década de 1960) e presente de rememoração (década de 1990). No entanto, esses ex-militantes entrevistados foram escolhidos em razão do papel desempenhado como líderes estudantis goianos nos anos de 1960 e por serem reconhecidos como indivíduos detentores de uma memória sobre o passado do movimento. Tais condições os predispunham à elaboração e construção das memórias do movimento estudantil goiano de uma época em que “o país estava irreconhecivelmente inteligente”:²⁰⁹ início dos anos de 1960, período de transformações culturais e políticas, isto é, momento em que soprou um *vento pré-revolucionário [que] descompartmentava a consciência nacional e enchia os jornais de reforma agrária, agitação camponesa, movimento operário, nacionalização de empresas americanas, etc.*²¹⁰

2.7 Tudo é político: aspectos político-culturais das mobilizações estudantis

Os primeiros anos da década de 1960 representam o ápice de uma efervescência política no Brasil — iniciada em 1946, com o processo de abertura democrática, e finda no infausto 31 de março de 1964, com a imposição do golpe militar. Tal efervescência relaciona-se com acontecimentos políticos internacionais como a relação bipolar da Guerra Fria e seus reflexos na América Latina, a politização da sociedade no pós-guerra e a vitória, em 1959, da revolução cubana, que conquistou a simpatia de grupos

²⁰⁷ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

²⁰⁸ Bianor Ferreira aponta que os partidos políticos acadêmicos organizados no início da década de 1960 em Goiás (Partido Acadêmico Independente/PAI, ARA e Liga Universitária Goiana/LUG, dentre outros) surgiram da organização de movimentos estudantis. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

²⁰⁹ SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964–69. In. _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 69.

²¹⁰ SCHWARZ, 1992, p. 69.

esquerdistas e redirecionou as propostas político-sociais em diferentes países. Esses fatores criaram, no imaginário dos participantes dos grupos de esquerda, a representação expressa no lema “*A revolução é possível!*”²¹¹ e possibilitaram discussões e embates sobre realidade e utopia: termos presentes nos grupos partidários e na historiografia do período.

Sob a influência do imaginário construído nos anos de 1960 no Brasil, ocorre a articulação de grupos populares no país de norte a sul, no campo e na cidade. Segundo Moraes, nesse período pôde ser observado no país:

[...] surtos de renovação em vários setores, contagiados com a possibilidade de direcionar seu futuro a partir de reformas estruturais no presente. Um Brasil em que a política deixava de ser privilégio das elites para penetrar no universo do trabalhador (urbano e rural), do estudante, do padre, do intelectual, do militar, do homem comum.²¹²

Nessa renovação e organização política popular brasileira, nasce, segundo Hollanda e Gonçalves, um novo e avançado vocabulário que expressa esse momento de grande movimentação na vida brasileira e passa a integrar as reivindicações: são palavras de ordem proferidas pelos líderes dos grupos sociais organizados; associadas às manifestações, dão o tom dos movimentos sociais da década de 1960. Dentre os termos e expressões, esses autores sublinham: “*Política externa independente*”, “*reformas estruturais*”, “*libertação nacional*”, “*combate ao imperialismo e ao latifúndio*”.²¹³ Tais termos são talhados num processo associativo entre cultura e política, texto e contexto, utopia e realidade, romantismo e ação; e com eles os grupos sociais expressam o processo cultural e político, tendo como mecanismo de ação nas manifestações os *slogans*, as letras de música, as peças teatrais, os roteiros de cinema — numa palavra, as várias produções dos movimentos artísticos da década. Com seus significados, expressam a preocupação e o desejo de *afirmação nacional*, promovendo uma transformação na cultura e na política do país.

Assim, a produção cultural brasileira nessa década refletiu os embates políticos travados no país e ficou marcada pelo engajamento político dos artistas. A união entre arte e política começa com o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE e chega a vários segmentos artísticos, como música, literatura, teatro, cinema e arquitetura. Na produção

²¹¹ MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 31.

²¹² MORAES, 1989, p. 16.

²¹³ HOLANDA, Heloisa B. de; GONÇALVES, Marcos A. A. *Cultura e participação nos anos 60*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 8–11.

e no consumo cultural, era grande o interesse pelo que era nacional: as produções artísticas buscavam denunciar as dificuldades da população brasileira e estimular a confiança de que os problemas seriam resolvidos.

Essa associação entre cultura e política voltada ao aspecto nacionalista é analisada por Marcelo Ridenti como processo romântico, porém de um romantismo com propostas realizáveis, pois não era

*[...] um romantismo no sentido anticapitalista, prisioneiro do passado, gerador de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas revolucionário. De fato, visava-se resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada no homem do povo, cuja essência estaria no homem camponês e no migrante favelado a trabalhar nas cidades.*²¹⁴

Diante dessa eclosão romântica e nacionalista, explicada pela associação entre cultura e política, os estudantes organizados na UNE iniciam um movimento cultural cujo alvo era a população fora do eixo das grandes cidades: a opinião era de que, *em nosso país e em nossa época, fora da arte política, não há arte popular.*²¹⁵ Traduzido pela sigla CPC, esse movimento cultural — segundo Hollanda — desvincula-se das concepções que define como *arte do povo*, *arte popular*, para adotar a concepção de *arte popular revolucionária*, assumida por meio de um mecanismo de *tomada de poder* cuja base eram o *povo* e a *dimensão coletiva*. Evidentemente, a concepção de cultura dos cepecistas (termo usado para designar os integrantes do CPC) tinha a arte como proposta de ação popular. Para uma compreensão mais precisa dessa concepção, consideremos a teoria interpretativa da cultura apontada por Clifford Geertz, em que esta pode ser percebida:

*Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis [...], a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível isto é descrito com densidade.*²¹⁶

Ao entendermos cultura como o todo de grupos sociais que significa os acontecimentos vivenciados socialmente, notamos que ela também se expressa como luta, sobretudo quanto demonstra resistência contra valores coletivos e até contra a

²¹⁴ RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 25.

²¹⁵ HOLLANDA, Heloísa B. de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p. 17.

²¹⁶ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1984, p. 24.

sociedade. Esse fator é assumido pelo CPC ao definir a concepção coletiva, isto é, o *povo* como temática. Segundo Hollanda, a concepção cultural cepecista na chamada *arte popular revolucionária* pode ser percebida como:

*a essência do povo e entendemos que esta essência só pode ser vivenciada pelo artista quando ele se defronta a fundo com o fato nu da posse do poder pela classe dirigente e a conseqüente privação de poder em que se encontra o povo enquanto massa dos governados pelos outros e para os outros. Se não se parte daí, não se é nem revolucionário nem popular, porque revolucionar a sociedade é passar o poder ao povo.*²¹⁷

Tal concepção cultural é fruto do contexto histórico, isto é, da construção de um meio de efervescência e mudanças estruturais que, segundo Ortiz, pode ser dividido em dois pontos fundamentais:

*1) a efervescência política, que em última instância permitiu o desenvolvimento do CPC como ação revolucionária — reformista definida dentro de quadros artísticos culturais; 2) a ideologia nacionalista que transpassa a sociedade brasileira como um todo e consolidava um bloco nacional que congregava diferentes grupos e classes sociais.*²¹⁸

A perspectiva nacionalista parte da noção, defendida por Ferreira Gullar e citada por Ortiz, que congrega o popular e o nacional, pois *a cultura popular tem caráter eminentemente nacional e mesmo nacionalista*,²¹⁹ de modo que o popular e o nacional apresentam um só aspecto de representação.

A realidade brasileira é analisada pelos cepecistas valendo-se do termo *alienação*. Assim, a cultura popular é reconhecida como verdade em contraposição à cultura das classes dominantes, denominada de *alienada*; e o objetivo do CPC era usar elementos da cultura popular para *desalienar* o povo. No dizer de Ortiz, esse tipo de discurso se aproxima do argumento dos isebianos referente à problemática da relação entre cultura e Estado e enfatiza a *dependência cultural em termos de alienação*.²²⁰

A análise cepecista e sua proposta de conscientizar a população via cultura convergiram para a luta antiimperialista e nacional do movimento estudantil. Os centros cultura e a UNE volante foram importantes instrumentos empregados pelos estudantes em suas reivindicações e caracterizaram o movimento estudantil no início da década de 1960. Para o ex-militante estudantil Aldo Arantes, o CPC surgiu da tentativa de

²¹⁷ HOLLANDA, 1992, p. 18.

²¹⁸ ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 69.

²¹⁹ ORTIZ, 1985, p. 75.

²²⁰ ORTIZ, 1985, p. 75.

*[...] Superar aquela perspectiva da arte pela arte, para trabalhar uma arte engajada, uma arte que fosse a expressão dos problemas sociais [...] então foi a conjugação do interesse do Movimento Estudantil, digamos assim de encontrar novas formas de se aproximar dos estudantes e do interesse desses segmentos de artistas que queriam platéia mais ampla pra sua nova forma de expressão é que surgiu o Centro Popular de Cultura da UNE.*²²¹

Segundo Arantes, com o CPC se criou um processo de mobilização sem precedentes na história do Movimento Estudantil brasileiro, pois tanto estudantes quanto artistas passaram a se interessar pelos problemas sociais do país. Diversas mobilizações eram feitas pelos integrantes do CPC, com a realização de assembleias gerais, sob a influência do Programa para a Reforma Universitária e as reformas de base, utilizando como método o Teatro, o Cinema, a Música.²²²

Presidente da UNE nesse período de mobilização do CPC, Aldo Arantes, em seus relatos, procura enfatizar sua atuação no movimento estudantil em relação aos objetivos e resultados da mobilização cultural do CPC. Ao associar sua imagem com a organização cepecista, ele se torna o representante dos estudantes no pré-golpe de 1964 e no maior processo de mobilização do movimento estudantil — como ele mesmo procura afirmar —, desqualificando a atuação dos estudantes nos outros anos da década. Embora a união entre cepecistas e UNE se orientasse por uma proposta cultural, buscava-se um viés político: revolucionar a sociedade e passar o poder político ao povo.

No entanto, o discurso de Arantes deixa entrever que a conscientização tinha como direcionamento inicial os estudantes, componentes de um grupo específico, constituído, sobretudo, por pessoas de classe média. Num segundo momento, Arantes declara que o movimento tinha metas vinculadas não só ao popular, à cultura e à política de contestação em âmbito nacional, mas também às discussões próprias do movimento estudantil. A UNE volante possibilitou percorrer o país com essas reivindicações, às quais, através da arte, iriam se tornar reivindicações do povo:

*através da UNE volante nós percorremos o Brasil inteiro, quer dizer fazendo um debate sobre a questão da reforma universitária, um debate do Brasil com a realização de grande assembleias gerais de grandes mobilizações e também apresentando peças teatrais e músicas elaboradas pelos integrantes do CPC da UNE [...] permitiu uma consolidação muito grande porque [...] ao invés de um trabalho de cúpula nós fomos fazer um trabalho de base, a UNE ganhou uma grande autoridade.*²²³

²²¹ Aldo Arantes. Entrevista realizada em 14/6/2002.

²²² CADERNOS DE ENTREVISTA, vol. III.

²²³ Aldo Arantes. Entrevista feita em 14/6/2002

Considerando-se a posição de Arantes, algumas questões se apresentam. Por exemplo, nesse período, os jovens universitários ou envolvidos com arte integravam uma condição social diferenciada: eram filhos da classe média, alunos de universidades e instituições secundaristas públicas ou particulares, a exemplo de Arantes: aluno da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. O envolvimento acadêmico-intelectual acabou por gerar um abismo entre realidades, ou seja, entre o *povo* e os *intelectuais*. Eis a crítica de Vera Gertel acerca disso: *Como um cara da classe média podia conseguir uma linguagem, como se comunicar com um favelado, com o povo? Era complicado.*²²⁴ Essa condição se afunilou e, a seguir, houve um redirecionamento dos objetivos do CPC.

O discurso do então presidente da UNE — Aldo Arantes — e a concepção de cultura do CPC evidenciam uma proposta política. No entanto, se a política a ser enfatizada se direcionava ao *povo*, ela se vinculava à classe média: era o discurso da pequena burguesia para o popular, questão evidenciada nos projetos culturais executados pelos integrantes do CPC. Dessa forma, a mobilização e conscientização deveriam surgir do povo, do trabalhador; mas os temas não eram próprios do cotidiano nem da realidade destes — isto é, não lhes eram familiares porque as questões discutidas e analisadas no meio acadêmico e artístico eram suscitadas por leituras e debates: realidade distante das favelas e das portas de fábricas. Acerca disso, o ex-membro do CPC Arnaldo Jabor diz o seguinte: *a gente pensava que a fome era um caso de falta de informação: se o povo fosse bem informado, aconteceria a revolução, sem nos darmos conta da extrema complexidade do problema.*²²⁵

A princípio, essa concepção de precursores e transformadores da realidade parte de uma posição de autocrítica dos artistas e intelectuais ante o compromisso com a realidade nacional, vista como dissociada dos fatos sociais, do cotidiano e das relações mantidas entre pessoas de condições menos favorecidas e acostumadas a expressar sua sociabilidade na religião, no carnaval, numa roda de boteco ou numa pelada no fim de tarde ou fim de semana. A difusão de uma cultura popular em peças teatrais, na música e no cinema provocou estranhamento: houve deslumbre e aversão. Sobre essa perspectiva dual, Ortiz afirma, de forma crítica, que a proposta do CPC partia da idéia de que *o povo é o personagem principal da trama artística, mas na realidade se*

²²⁴ RIDENTI, 2000, p. 107.

²²⁵ HOLLANDA, 1992, p. 26.

encontra ausente,²²⁶ pois algumas peças teatrais deixavam entrever a banalização da vida social, sendo encenados personagens sociais por meio de representações de profissões ou posições sociais, como *o estudante*, *o sacerdote*, *o operário*, *o burguês*.²²⁷ A noção de povo foi destituída pela noção do particular, e a dimensão política se sobrepôs à popular, o que fica evidente na temática defendida pelo CPC de que fora da arte política não há arte popular.

Com a instituição do regime militar, finda a experiência do CPC, e as manifestações culturais dos estudantes passam a ter novas características. A perspectiva de mobilização e conscientização popular adquiriu dimensões centralizadas nos espaços educacionais, como as escolas secundaristas, as universidades e os clubes estudantis. As discussões passaram a acontecer em reuniões de grêmios estudantis e organizações dos cursos de graduação. Com a confecção de murais, cartazes, panfletos e jornais e a organização de passeatas, os militantes estudantis propunham uma conscientização da sociedade e dos estudantes moldada pela ação estudantil nas instituições de ensino e em ruas e praças.

No meio estudantil da década de 1960, outras questões se mostram significativas na associação entre cultura e política: são as leituras feitas pelos estudantes sob influência político-partidária. Tal posicionamento é reconhecido na realização das entrevistas no início dos anos de 1990; nos cadernos de entrevistas, há duas perguntas dirigidas aos ex-militantes estudantis goianos que enfatizam esses aspectos. A primeira questiona as leituras que os entrevistados fizeram durante o período da mobilização estudantil; a segunda, indaga a vinculação partidária no passado vivido e no presente da rememoração. Os relatos revelam as associações entre leituras e a vinculação político partidária: os estudantes se autodefiniam como *elite intelectual*, o que os tornava responsáveis pela parcela não consciente da sociedade; cultivavam leituras definidas por eles como *engajadas* politicamente e diferenciadas por sua inspiração político-partidária de transformação social.

Conforme o relato dos ex-militantes estudantis goianos, o objeto das leituras feitas no período de atuação pode ser dividido em economia, sociedade, cultura, conscientização e estratégia; e estas são divididas, em Goiás, em dois campos de influência partidária: Ação Popular (AP) e dissidências do PCB e da Política Operária

²²⁶ ORTIZ, 1985, p. 73.

²²⁷ ORTIZ, 1985, p. 73.

(POLOP). Segundo o ex-militante estudantil Athos Magno, a divisão político-partidária dos dois grupos é gerada pelo posicionamento relativo à realidade brasileira:

*de um lado a Ação Popular [...] inspirada pela China, por Mao-Tse-Tung, e não colocava com tanta ênfase o problema da luta armada, de outro lado as dissidências, ou do PCB ou do POLOP — Política Operária [...] eram mais próximas de Che Guevara, mais próximos de Fidel Castro e eram partidários da luta armada para se derrubar o regime militar no Brasil.*²²⁸

Através da leitura, tal distinção podia ser amadurecida na defesa dos pensamentos que compunham os grupos partidários. Segundo Pedro Wilson, aluno do curso de Ciências Sociais e membro da AP, vinculada à igreja católica, suas leituras incluíam autores ligados à igreja, clássicos das ciências sociais e teorias que procuravam explicar a realidade latino-americana — estudos que ele caracteriza como *engajados*.²²⁹

Ele cita:

*textos de autores pós-conciliares, [...] autores brasileiros [...] considerados pré-teoria da libertação [...] clássicos das ciências sociais: Marx, Weber, Durkheim, sociologia parsoniana, leitura de textos marxistas, sartreanos, althusserianos e outros dentro da orientação de Gramsci [...] autores brasileiros como Celso Furtado, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes, Luiz Pereira, Otávio Ianni, F. Henrique Cardoso [...] e outros da teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento que tentava explicar nossa realidade latino-americana e outros da CEPAL.*²³⁰

Por outro lado, Athos Magno Costa e Silva, estudante do curso de Medicina e participante do Colina, dissidência do POLOP, aponta que as indicações de leitura que recebeu tinham um direcionamento: temáticas econômicas e de estratégia política. Eis o que diz sobre suas leituras: *em termos de economia era o Paul Suissi [sic] e o Leo Rubermam [sic]. Em termos de estratégia, de tomada de poder era a “Revolução na Revolução” de Régis Debré, um francês que esteve em Cuba. [...] O Régis Debré era a bíblia dos estudantes, das dissidências.*²³¹

Os grupos tinham leituras obrigatórias para o militante estudantil que contribuíam para a elaboração da consciência da militância e do papel do estudante na sociedade da segunda metade do século XX. Nesse período, nos meios estudantis e partidários, foi instituída esta idéia: para se integrar o movimento e obter a consciência

²²⁸ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²²⁹ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²³⁰ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²³¹ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

característica dos estudantes, era fundamental ler certos autores, dentre os quais Marx, Weber, Durkheimn, Gramsci, Althusser e outros. No meio acadêmico, as leituras indicadas pelos grupos partidários eram coibidas; por exemplo, no curso de Ciências Sociais da UFG, segundo Nilva Maria, estudantes e professores eram constrangidos a não fazer tais leituras e discussões, pois só eram permitidas leituras que os conduzissem ao *academicismo*,²³² isto é, ao não-conhecimento da realidade política e social do país e do mundo.

2.8 Golpe de 1964: imagens silenciosas

Como vimos, com base no relato dos ex-militantes estudantis, o movimento estudantil goiano tem dois momentos de afirmação: um no fim da década de 1950 e no início de 1960, com a criação da UFG, a transferência da capital federal para Goiás e a atuação no CPC; outro no fim dos anos de 1960, com a defesa do governador Mauro Borges e da sociedade contra a ditadura militar, os embates com policiais e diretores de instituições de ensino, a construção da imagem do herói Ornalino, a eclosão do movimento de 1968 e os protestos contra medidas políticas, educacionais e econômicas do governo.

Contudo, nessa periodização construída pelos relatos, o acontecimento que intermedeia os dois momentos — o golpe de Estado dado pelos militares em 1964 — não é mencionado como ponto de embate ou ação, e sim como divisão do tempo. Os ex-militantes aludem ao “pré-1964” e ao “pós-1964”, significando o movimento e a ação estudantil como necessidade histórica gerada pela ação dos militares, transformados em inimigos em virtude de atos institucionais, acordos políticos e econômicos, decretos e leis arbitrários. Se na periodização feita pelos ex-militantes se nota uma preocupação em afirmar a ação e a consciência do movimento estudantil frente aos problemas da sociedade, o não-posicionamento deles no processo de tomada de poder pelos militares é esquecido ou não dito. Logo, essa periodização pode ser pensada como um querer esquecer ou fazer as pessoas que estão no presente se esquecerem do não-posicionamento dos militantes estudantis no momento do golpe militar.

No entanto, os ex-militantes se mostram altivos no discurso de defesa e resistência: enumeram pontos a serem defendidos e se definem como defensores da sociedade; com isso, geram a imagem heróica do movimento estudantil. Visto que a

²³² CADERNO DE ENTREVISTA, vol. II.

defesa da sociedade é justificada como relação de pesar por não terem se posicionado de forma contrária ao golpe, recriam a imagem dos estudantes e do movimento estudantil; e o posicionamento positivo anterior ao golpe é reconhecido como momento de explosão estudantil rumo a uma tomada de consciência maior, possibilitada pela educação, política e cultura. Com o golpe militar, há um arrebatamento e os posicionamentos enfatizam a crítica redentora por não tê-lo impedido. Os estudantes se tornam, assim, representantes da sociedade não por terem consciência, mas por acreditarem que são responsáveis, em virtude de sua omissão, pelo processo político que começou em 1964, como evidencia o ex-militante Valdi Camárcio: *manter viva esta chama contra o Governo [...] é um fato de você sentir um dever.*²³³

Os ex-militantes goianos associam o golpe militar com a deposição do governador Mauro Borges e reconhecem aí o detonador da radicalização estudantil goiana após 1964. O golpe suscita a consciência; a deposição instiga à ação. Ambos são tidos como divisor entre as reivindicações e a intensificação das ações do movimento estudantil. Desse modo, eles justificam a mobilização iniciada após o golpe, mas não mencionam a falta de atitude frente ao golpe. Essa não-menção pode ser tomada, retomando-se o pensamento de Pollak, como um *não-dito*: característica de lembranças *proibidas, indivisíveis ou vergonhosas*.²³⁴ A reconstrução das memórias parte de circunstâncias e interesses políticos dos agentes no presente da rememoração, que deformam e reinterpretam o passado, numa constante interação entre *o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido*.²³⁵ Tal relação de reinterpretação do passado ajuda-nos a compreender a inclinação dos ex-militantes estudantis goianos a não mencionarem o posicionamento do movimento estudantil frente às movimentações e à tomada do Estado pelos militares, em 1964.

Contudo, outro ponto se mostra como justificativa: o presente de rememoração e a ação dos estudantes militantes neste tempo. Sua ação política no início da década de 1990, com o engajamento na luta pelo *impeachment* do presidente da República Collor de Melo ressoa como ecos das propostas e ações de 1960. Dessa forma, mesmo alertados de que a memória é seletiva e o esquecimento é constitutivo da memória, parte

²³³ CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

²³⁴ POLLAK, 1989, p. 8.

²³⁵ POLLAK, 1989, p. 9.

*estruturante do funcionamento*²³⁶ desta, não podemos considerar o não-relato do posicionamento frente o golpe de Estado como esquecimento, mas sim como não-dito, pois está subentendido nos relatos. Os ex-militantes são silenciados pelo interesse político que os guiam no presente da rememoração e pela imagem de si que querem então construir.

Também permeia a seleção e narrativa dos ex-militantes o processo de desmemória²³⁷ em relação ao golpe militar; pode se depreender de seus relatos a intenção de se redimirem de um passado próximo ao não narrar certos acontecimentos, por serem estes *indizíveis*.²³⁸ Por exemplo, as manifestações em apoio ao golpe militar como a participação na “Marcha da família com Deus pela liberdade”²³⁹ ou a mobilização contra os militares no fim de março de 1964, não foram relatadas. Contudo, as memórias são histórias de vida, são parte de uma trama mais ampla que inclui o relato de outros envolvidos e a leitura da imprensa e da sociedade; e se a imagem cobrada no presente proporciona lembranças desfocadas e estilizadas de alguns casos não vividos ou não sentidos, ela não deixa de ser elaborada e construída. Nesses termos, os fatos não ditos ficam à sombra de memórias vividas, selecionadas e narradas. Em outras palavras, o não-posicionamento frente ao golpe de 1964 o torna um não-dito, porque ele pode decompôr o discurso dos ex-militantes e a imagem do movimento estudantil dos anos de 1960. Daí ser necessário esquecê-lo,²⁴⁰ pela afirmação política feita no presente da rememoração do movimento estudantil se constituir em representante da sociedade, heroicizado como único sujeito consciente de seus problemas.

²³⁶ ORLANDI, Eni P. Oralidade e interpretação: movimento do dito e do esquecido. O imaginário da dispersão, do impreciso, do indistinto, daquilo que pode não ser assim. In: FERREIRA, Jerusa P. (Org.). *Oralidade em tempo e espaço*. São Paulo: Educ, 1990, p. 151.

²³⁷ Termo usado por Primo Levi a propósito das memórias dos Lager: desfocadas e estilizadas. In: LEVI, Primo. *Os afogados e sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

²³⁸ POLLAK, 1989, p. 8.

²³⁹ A edição de 13 de maio de 1964 do jornal de circulação estadual *Folha de Goiaz* divulga um convite seguido de informações sobre a organização da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, organizada pela Associação Comercial de Dirigentes Lojistas de Goiânia, com apoio e presença de vários segmentos sociais, como representantes da mulher, da sociedade e dos estudantes goianos. No entanto, a participação e o apoio dos estudantes não são mencionados pelos entrevistados: eles só se referem à realização da marcha como momento de articulação da sociedade goiana rumo à extinção do perigo comunista no Brasil e discutem essa participação como processo de alienação da sociedade goiana. (FOLHA DE GOIAZ, ano XXIV, Goiânia, quarta-feira, 13 de maio de 1964, n, 5.555).

²⁴⁰ Ver: SEIXAS, 2003.

Capítulo 3

ESPAÇOS DA MEMÓRIA: **organização da militância**

No início do século passado, o ex-aluno de Bérson e sociólogo Maurice Halbwachs publica *Os quadros sociais da memória* (1925): trabalho onde preconiza o estudo sobre a relação entre memória e sociedade e que continuará na obra póstuma *Memória coletiva*,²⁴¹ de 1949. A idéia central de Halbwachs é que a memória está fortemente ligada a grupos sociais e necessita do meio social para ser lembrada. Na década de 1980, influenciado pelas análises sociológicas de Halbwachs, Pierre Nora publica a obra *Les lieux de mémoire*, em que considera a memória, na contemporaneidade, prisioneira da história e identifica os lugares de memória como os únicos capazes de abranger a tensão entre memória e história, pois lhes compete a posição de testemunhas da memória exilada em busca de abrigo na história. Nesse caso, a memória existiria pelos vestígios da sociedade: arquivos, datas comemorativas, monumentos e outros que, unidos de forma inconsciente, organizariam a memória coletiva.²⁴²

Por outro lado, em vertentes díspares da de Nora, historiadores se posicionam frente às disputas entre memória e história, não as dispendo de forma oposta ou concorrente e sugerindo formas diferentes de interpretar os lugares (ou espaços) da existência dos indivíduos. Esse processo de atualização da memória cria espaços de rememoração que transcendem os *lugares* enfatizados por Nora: são lugares materiais, tais como praças, casas, ruas, cidades, e espaços das sensações, tais como dor, ressentimentos, esquecimento. Portanto, ocorrem processos de rememoração que congregam esses dois âmbitos: o material — que carrega a afetividade do indivíduo — e o sensorial — que, pelo sentimento, remonta a um espaço material. Compreendidos como local onde a memória está organizada, esse espaços ganham denotação de espaço físico, pois cristalizam, no presente, a ação do passado vivido; porém, são permeados de

²⁴¹ HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

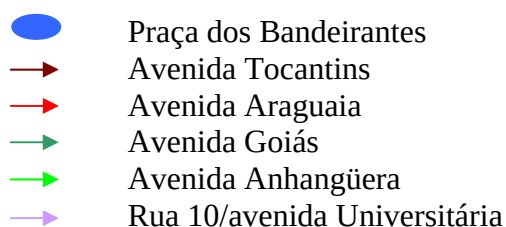
²⁴² NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo, Educ, n. 10, 1993. Em uma perspectiva crítica, ver: SEIXAS, Jacy. Percursos da memória em terras da história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. (Org). *Memória e (res) sentimento*: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: ed. da Unicamp, 2001.

memórias afetivas, pois foram selecionados pelo envolvimento e pelos significados que indivíduos lhes atribuíram.

Essa relação que congrega espaço físico e espaço sentimental constitui o objeto de nossa análise neste capítulo, pois nos relatos dos ex-militantes estudantis goianos são enfatizados os espaços das ações do movimento estudantil. Para aí se dirigem a rememoração e atualização da memória no espaço da cidade de Goiânia, cuja área central é aqui priorizada em razão dos significados que evoca no imaginário goiano.²⁴³ Num segundo momento, discutiremos a justificativa dada pelos ex-militantes para concretizar suas ações. Como dissemos, o processo de radicalização inclui, além das justificativas de defesa, a elaboração de um herói e a seleção de certos fatos, em detrimento de outros. Contudo, as justificativas para a mobilização do movimento estudantil em Goiânia são dadas em dois planos: o da autonomia e o do nacionalismo.

3.1 Rua e praça: espaços de mobilização

Construída na década de 1930, Goiânia é a imagem da cidade *moderna*. Seu projeto urbano-arquitetônico prevê espaçamentos e organização de vias urbanas com ruas e avenidas interligadas por praças centralizadas em bairros e cujo centro de intersecção é a praça Cívica, onde estão o Palácio das Esmeraldas (centro do governo estadual), as secretárias estaduais e o Palácio de Campinas (espaço municipal).²⁴⁴ As avenidas nascem na praça Cívica em direção aos bairros — a princípio, denominados de fazendas. O elo entre o centro, o norte e o noroeste são as avenidas Tocantins e Araguaia (nome dos rios do estado), cortadas pela avenida Paranaíba (nome de outro rio), formando a imagem do Manto de Nossa Senhora Aparecida, como sugere o mapa a seguir.²⁴⁵



²⁴³ Como as praças Cívica — sede do poder estadual e municipal e que tem, no centro, o monumento às Três Raças, aproximando e construindo, no imaginário goiano, um sentido de identidade nacional — e dos Bandeirantes — que cristaliza a imagem (contestadas por Sandes, como anunciada em qualquer manual de história) dos goianos como filhos do ouro e das bandeiras, organizando uma matriz identitária e historiográfica que influencia e seduz a *imaginação histórica*, dos pesquisadores e da população do estado. SANDES, 2002.

²⁴⁴ Ver: CHAUL, 2001a.

²⁴⁵ CHAUL, 2001a.



FIGURA 9 – Reprodução de mapa exibindo o centro de Goiânia e as avenidas que partem da praça Cívica rumo ao bairros²⁴⁶

Por outro ângulo, entre a praça Cívica e a avenida Paranaíba, estão as ruas 1, 2, 3, a avenida Anhangüera e as ruas 4 e 5. Na praça Cívica entre essas duas avenidas e rumo à estação ferroviária em linha reta, nasce a avenida Goiás (referência aos índios Goyases), que, no encontro com a Anhangüera, forma a praça dos Bandeirantes, que abriga a estátua-imagem do bandeirante: botas de cano alto, garrucha, peneira para mineração e costas para o mar.

Dentre as praças interligadas com a Cívica a oeste, está a praça Universitária, no bairro Universitário. Circundada pelo campus 1 da Universidade Federal de Goiás (UFG) e pela Universidade Católica de Goiás (UCG), essa praça tem acesso à Cívica pela rua 10, que recebe o nome de avenida Universitária em sua extensão após a praça. Entre essas praças, na rua 10 próximo à praça Cívica, está a Catedral Metropolitana de Goiânia e a Cúria Episcopal do Estado, além da organização estudantil e dos poderes clerical e Executivo.

²⁴⁶ Fonte: disponível em: <<http://www.historianet.com.br/imagens>>. Acesso em: 5, dez. 2005.

Essa organização espacial racional e calculada advém da representação que o termo *modernidade* adquiriu em Goiás nos anos de 1930 e dos significados atribuídos aos termos *desenvolvimento* e *progresso*, derivados das transformações econômicas, políticas, culturais e sociais por que passou Goiás. A elaboração do significado de *modernidade*, *desenvolvimento* e *progresso* se opõe à imagem de *decadência* e *atraso*, dominante até a década de 1930 e direciona o olhar para o futuro: a *modernidade*, traduzido na imagem do político Pedro Ludovico Teixeira, considerado como intelectual e político representante de grupos organizados politicamente e centrados no rompimento com o passado. Esse olhar para as transformações espelhadas no imaginário da *modernidade* não estava só no combate às idéias e práticas da Primeira República; também no anseio por uma nova fase social, política e, sobretudo, econômica, sugerida pelas mudanças econômicas do sudeste e sul do estado e pelos debates sobre a transferência da capital do estado.

Nos embates políticos sobre as dualidades futuro–passado, moderno–tradicional, novo–velho, progresso–atraso travados nos anos de 1930 em Goiás, Goiânia se torna a materialização simbólica dos sentidos positivos contidos nos termos futuro, moderno, novo e progresso. Esse imaginário em torno de símbolos atribuídos coletiva e socialmente, bem como de forma histórica, alimenta e move a ação do *ser goiano*, que se projeta na arquitetura e urbanização do espaço central da nova cidade, da *nova capital*: projetada, sonhada e visualizada como *moderna* não apenas no presente de sua idealização, mas também no tempo da construção e das múltiplas vivências de seus moradores. Esses termos dicotômicos empregados para explicar a nova fase de Goiás em busca da modernidade — como esclarece diz Chaul²⁴⁷ — são construtos das novas formas de se pensar na relação homem–mundo, homem–natureza iniciada com o Renascimento europeu. Nesse sentido, ganham corpo gradativamente o imaginário e o projeto de domínio sobre a natureza pela técnica, razão e ciência; também ocorre — segundo esse autor — a associação entre novo e moderno. Com o surgimento da sociedade capitalista, essa associação, em oposição ao antigo, alicerça a idéia de progresso elaborada no século XVIII.

As noções de modernismo e moderno podem ficar mais claras com base no pensamento de Marshall Berman e Henri Lefebvre. Para este, modernismo como fato sociológico e ideológico é *a consciência que tomaram de si mesmo as épocas e os*

²⁴⁷ Ver: CHAUL, 2001a.

*períodos; as gerações sucessivas; [...] consiste, pois, em fenômenos da consciência, em imagens e projeções de si, em exaltações feitas de muitas ilusões e de um pouco de perspicácia.*²⁴⁸ Por sua vez, modernidade é entendida como momento de reflexão crítica compreendida por esse autor como contrário do *modernismo*, isto é, como [...] *reflexão principalmente, um espaço mais ou menos adiantado de crítica e autocrítica, numa tentativa de conhecimento.*²⁴⁹ Nessa ótica, modernidade é o resultado das reflexões sobre as transformações e contradições do mundo moderno. Para Berman, tais transformações e contradições que moldam e significam o termo modernidade são compreendidas como conjunto de experiências adquiridas no cotidiano — isto é, no tempo e no espaço, de forma individual e coletiva — das várias possibilidades e dos perigos da vida. Essas experiências são adquiridas nesse processo contraditório que *cria conflitos, destrói valores, inventa concepções de mundo e de vida.*²⁵⁰ Ainda segundo esse autor, a modernidade anula as fronteiras geográficas e raciais, assim como as barreiras de classe e nacionalidade, para unir a espécie humana numa experiência ambiental. Ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradição: é ser *revolucionário e conservador*; é estar atento e aberto ao novo, ao desconhecido, na expectativa de aventuras modernas que conduzam à expectativa do rompimento do que está pronto e conhecido, à expectativa de criar algo real, mesmo que desconhecido.

Nesses termos, Goiânia é elaborada como símbolo do moderno e da busca pela modernização de Goiás: imagem construída por políticos do início do século passado e agregada ao imaginário social dos goianos. Tendo em vista essa modernização cujo símbolo de materialização é a cidade, alguns estudos procuram explicar as transformações sociais, políticas e econômicas em Goiás após a década de 1930. Cria-se, então, a tese da expansão da economia capitalista no Brasil para explicar os crescimentos regionais com níveis diferenciados de acumulação; dessa tese derivam os termos moderno e atrasado para diferenciar os diversos pólos econômicos. As regiões reconhecidas como atrasadas foram incorporadas aos pólos economicamente hegemônicos, denominadas áreas periféricas do capital — onde, segundo estudos da época, Goiás se enquadrava. Essa linha de raciocínio norteou estudos na historiografia goiana, a exemplo dos trabalhos de: Paulo Bertran, *Formação econômica de Goiás* (1978); Ana Lúcia da Silva, *A revolução de 30 em Goiás* (1982); Barsanulfo Gomides

²⁴⁸ LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

²⁴⁹ LEFEBVRE, 1969.

²⁵⁰ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 15.

Borges, *O despertar dos dormentes* (1982); Francisco Itami Campos, *Coronelismo em Goiás* (1983); e Nars Fayad Chaul, *A construção de Goiânia e a transferência da capital* (1988).

Outra vertente de definição moderna para Goiás se refere ao aspecto arquitetônico de Goiânia. Como dissemos, a cidade surge no imaginário dos goianos como materialização simbólica da modernidade e do estado, e a arquitetura e a urbanização são os exemplos desse processo, percebidas na divisão espacial e na construção de praças, ruas, prédios e monumentos. Em *Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia, 1933 a 1950 — 1950 a 1964*, Márcia M. de Mello analisa a arquitetura em dois períodos distintos.²⁵¹ O primeiro começa em 1933 e finda em 1950, período em que começa a modernização do estado. Como justificativa para esse primeiro fluxo, ela aponta a influência do moderno no Brasil e sua formação em Goiás, as condicionantes históricas da mudança da capital, o plano Atílio de Correia Lima, o plano de Armando de Godoi, a firma Coimbra e Bueno, a Arquitetura deco, bem como as residências coloniais e normandas. O segundo fluxo compreende o período 1950–1964, justificado pela manifestação e consolidação do modernismo em Goiânia na arquitetura da cidade. Com base nessa análise, Goiânia não é só um espaço *desenvolvido*; também se inclui na perspectiva de modernidade nacional, pois acompanha as tendências que o país recebe e as materializa em suas construções. É moderna por ser planejada e ter localização estratégica no estado; porque o estado está integrado ao expansionismo econômico das teses do início do século XX; e porque sua arquitetura integra e acompanha o que é apresentado ao país como *moderno*. Em sua organização espacial e construção arquitetônica, Goiânia carrega a representação de poder e autonomia do estado. Imagens elaboradas pelas relações do espaço físico com os passantes reafirmam o olhar moderno e a concepção dos goianos de modernidade.

Na década de 1960, período de novas construções na cidade, como a criação da universidade pública e outra particular — coincidindo com o segundo fluxo desenvolvimentista proposto por Mello —, a organização espacial do centro da cidade será usada por movimentos sociais como mecanismo para tornar públicas as insatisfações e impetrar as reivindicações dos grupos organizados. Dentre esses grupos,

²⁵¹ MELLO, Márcia M. de *Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia, 1933 a 1950 — 1950 a 1964*. 1996. Dissertação (mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

o movimento estudantil goiano usou as imagens de poder e representação da arquitetura e urbanização do centro como artifício e busca de materialização do que reivindicava.

Esse imaginário em torno da arquitetura e urbanização de Goiânia percorre o espaço temporal e remonta às memórias dos ex-militantes estudantis na década de 1990, quando são entrevistados. O espaço central da cidade mediará a rememoração de protestos e enfrentamentos dos estudantes quando se materializam as manifestações e são usados os significados que tais espaços contêm e que são reproduzidos na sociedade goiana, no passado vivido desses ex-militantes e no presente de rememoração. Nesses termos, a praça Universitária é reconhecida pelos ex-militantes como local da organização estudantil, e a rua 10 como espaço onde o número de participantes nas passeatas é mencionado e cuja representação se traduz no fechamento da rua, a ponto de impossibilitar o tráfego e chamar a atenção das pessoas para a praça Cívica: centro do poder estadual. Tais manifestações ocorrem sob proteção da igreja católica. As principais avenidas da cidade — Goiás, Araguaia, Anhangüera, Tocantins, Paranaíba — e as ruas 1, 2, 3, 4 e 5 são reconhecidas como espaços da dispersão, da fuga e da proteção, proporcionada, segundo os ex-militantes, pela interligação entre as ruas, as avenidas e pelo número de casas comerciais. Assim, o espaço urbano de Goiânia será relatado como componente do processo de mobilização estudantil, pois proporciona e viabiliza o sucesso do movimento estudantil nas empreitadas contra os *inimigos*.²⁵²

Essas construções de memória embasadas em regiões são percebidas como lugares de memória, como espaço vivido e selecionado pelos seus significados atribuídos pelos ex-militantes. Os espaços estão ligados às ações, proporcionando sustentação nos relatos, pois, ao mencionarem a rua ou praça, percorrem uma imagem de espaço pré-conhecido no presente e cuja significação é moldada pela ação do movimento estudantil no passado vivido. As imagens das ações praticadas pelos ex-militantes se exprimem nos jornais de circulação do estado, fazendo surgir questionamentos. A princípio, as memórias são selecionadas e narradas para justificar e positivar a ação estudantil, pois foram vinculadas pela imprensa no passado vivido; ou então são selecionadas pelo caráter da ação dos estudantes, visto que tais espaços eram pré-selecionados em razão de suas características e dos significados que têm para os goianos.

²⁵² Ver primeiro capítulo: “Construções da identidade estudantil”.

Se compreendemos que as imagens estão interligadas nas memórias dos ex-militantes e nas fotografias veiculadas nos jornais do estado, não reconhecemos que foram construídas intencionalmente pelos ex-militantes; isto é, estes não tiveram acesso a essas fotografias antes da elaboração das narrativas sobre a militância na década de 1960. Entretanto, podemos afirmar que contribuíram para a elaboração da imagem do movimento estudantil pela sociedade goiana. Logo, usaremos as imagens dos jornais como mecanismos de orientação e ilustração das manifestações enfatizadas pelos ex-militantes.

Segundo Cardoso e Mauad, a fotografia é compreendida como *materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais ou, ainda, mensagens codificadas em signos*.²⁵³ Como a percepção e o olhar sobre os acontecimentos são experiências individuais, únicas, a leitura das ações e, por consequência, dos registros fotográficos vai ser diferenciada pelos significados que cada sujeito lhes atribui, tendo o papel fotográfico a representação desse olhar, da escolha e dos símbolos ali contidos. Ao pesquisador, cabe dialogar e interpretar tais imagens conforme o panorama cultural em que foram produzidas para compreendê-las como seleção e interpretação de uma visão do fato ocorrido.

No dizer de Gaskell,²⁵⁴ a fotografia é usada diária e equivocadamente apenas como *ilustração, auxílios de memória ou como substitutos de objetos descritos através dela*; são evitadas, pelos profissionais, as considerações e explicações sobre a consequência da fotografia em seu trabalho e nas sociedades que as interpretam. Segundo Mauad, essa questão pode ser interpretada com base no uso da fotografia pelos meios de comunicação, sobretudo pela linguagem fotojornalística de fotógrafos formados no ambiente do pós-Segunda Guerra. Para esse autor, tais fotógrafos têm como desafio ajudar a construir *uma sociedade democrática* via consumo de imagens: possibilitada pela multiplicação das mídias, haveria a redefinição de *padrões de visualidade de uma cultura urbano industrial*, e para isso seria usada a imprensa.²⁵⁵ Nesses termos, as imagens fotojornalísticas veiculam uma linguagem visual permeada por representações sociais em que ocorrem, segundo Mauad, a narrativa via imagem da

²⁵³ CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do Cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 405.

²⁵⁴ GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: ed. da UNESP, 1992, p. 241.

²⁵⁵ MAUAD, Ana Maria. Memórias do contemporâneo. *Nossa história*, São Paulo, fev./2006, p. 98.

experiência contemporânea no mundo; e cada tipo de fotografia se associa a um circuito social determinado pela agência que a produz — isto é, o profissional.

Segundo Meneses, ao analisar o fotojornalismo tendo por base o trabalho do fotógrafo Robert Capa, a proposta de análise documental distorce o uso inicial da fotografia estática e presa aos moldes estruturais e estéticos tradicionais, cujo traço geral mais evidente é *o caráter instantâneo que a imagem assume*.²⁵⁶ Essa nova elaboração fotográfica são os registros dos acontecimentos inesperados, numa composição não centralizada e não finalizada da ação, que promove, então, várias interpretações da imagem capturada. Percebe-se, assim, que as imagens fotojornalísticas têm dois momentos de seleção: um na elaboração do material (seleção do foco e da ação a ser capturada); outro na publicação desse material. Em um e outro, ocorre uma relação mediada por interesses e seleção dos fatos e da representação dos conteúdos noticiados.

As imagens fotográficas que analisamos são reconhecidas como um quadro ou uma leitura de uma realidade e um período num diálogo permeado pela percepção do indivíduo que registra a ação e do expectador — no caso do jornal, o leitor — que analisa a imagem e o conteúdo do material impresso. Nessa relação de imagens organizadas pela imprensa e pelos ex-militantes, as praças Cívica e dos Bandeirantes têm relevância no número de narrativas e nas imagens fotografadas exibidas pela imprensa; e isso nos remete aos significados desses dois espaços na elaboração do imaginário do espaço e da cidade *moderna*, presente no discurso da sociedade goiana e visualizada na imprensa local. Espaço central da cidade e local de organização política administrativa do estado e da cidade, a praça Cívica congrega prédios administrativos e o monumento às Três Raças; enquanto a dos Bandeirantes, no encontro das avenidas Goiás e Anhangüera, tem no centro a imagem do bandeirante, representando o grande conquistador e desbravador da região, bem como a riqueza mineral do estado.

Para os estudantes, além de o espaço ter significados preestabelecidos, a organização e o número de participantes ressoam como pontos positivos na militância. Esses espaços dinamizam a imagem do número de participantes; mesmo que nas fotografias ou nos relatos exista grande número de passantes ou curiosos, as dimensões do local criam a suposta imagem do número. Isso pode ser observado na fotografia da praça Cívica ao ser tomada por estudantes em defesa do governador Mauro Borges, em 1964, quando os caças enviados pelo governo militar sobrevoam a cidade.

²⁵⁶ MENESSES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento — Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 14, 2003 p. 134.

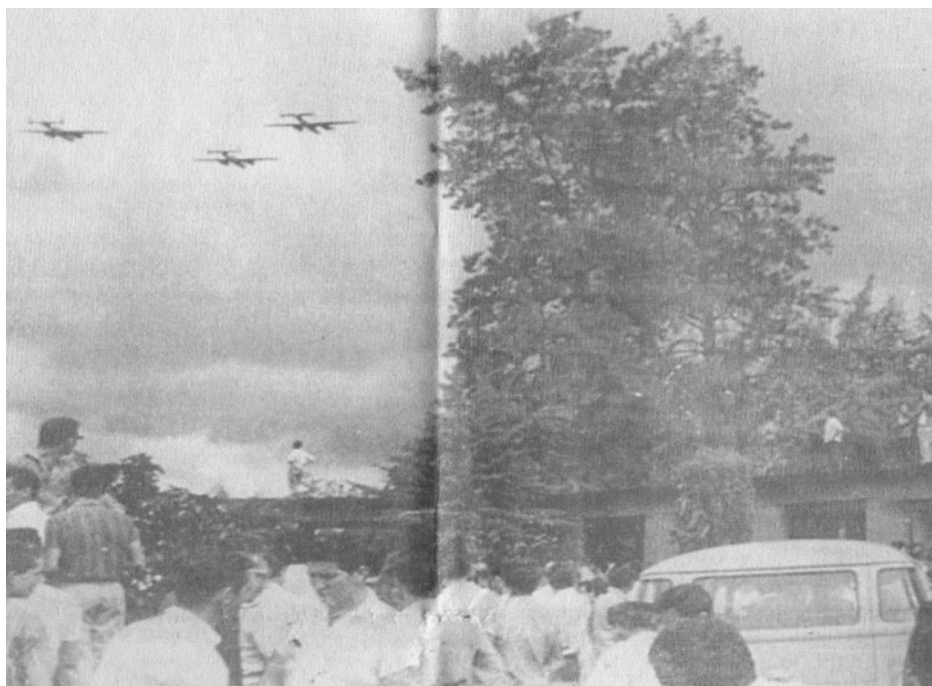


FIGURA 10 – Caças em vôos rasantes e ensurdecadores sobre o Palácio das Esmeraldas para aterrorizar e pressionar o governo e a multidão que se aglomerou na praça em apoio ao governador (1964)²⁵⁷

A imagem a seguir mostra os estudantes aglomerados na praça dos Bandeirantes, após a fuga da praça Cívica na mobilização contrária à morte de Edson Luís, no Rio de Janeiro,.

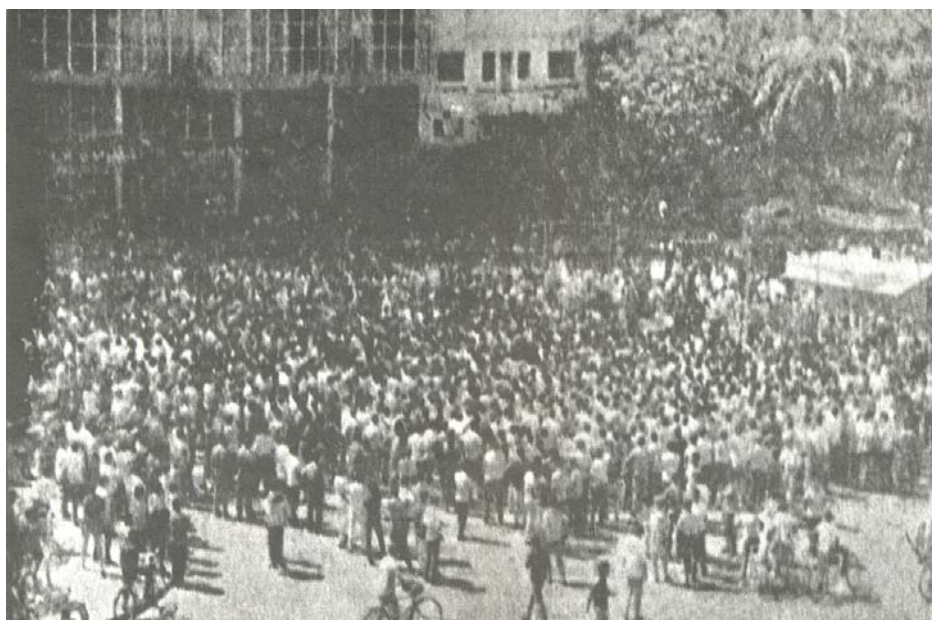


FIGURA 11 – Praça dos Bandeirantes tomada por estudantes em 1º de abril de 1968²⁵⁸

²⁵⁷ DIÁRIO DA MANHÃ. Goiânia.

²⁵⁸ O POPULAR. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 85.

Nessas duas imagens, é notável a relação entre fotojornalismo de notícia e a elaboração de dada memória. O momento capturado da ação instantânea remete a interpretações do fato: de início, pelo profissional, ao selecionar a imagem e escolher a publicação; depois, pelo leitor, que, com base na relação entre imagem e texto, elabora um reconhecimento da notícia, tendo como mediação a interpretação do local analisado e dos significados construídos *a priori* do espaço e dos agentes envolvidos. Por fim, a fotografia cristaliza a ação vivida pelos ex-militantes, que, em suas memórias, buscam narrar a ação, ora com detalhes (nomes, local, falas e sensações), ora como localização das ações individuais ou do movimento estudantil.

Não encontramos fotografias da aglomeração estudantil na praça Universitária, local de organização e início das passeatas. A imprensa se dedicou a registrar os eventos estudantis quando estavam em ação nos espaços significativos para a cidade e população goianiense nos aspectos econômicos e político, isto é, o espaço central, com seus símbolos e significados construídos historicamente. O fotojornalismo goiano elabora imagens fotográficas que produziam, na sociedade, visões díspares: apoio e críticas aos estudantes da capital. Noutros termos, os jornais mostram o uso que os estudantes fazem do espaço público como positivo — apóia as manifestações e a dinamização da participação estudantil — ou indevido — ressalta que dificultavam a caminhada dos pedestres ou o fluxo econômico e social do centro; também evidenciam a ociosidade dos estudantes, o que os marginalizava.

Espaço de lazer, de encontros e passagem de pedestres, as praças são usadas pelos estudantes como cristalização do poder do movimento estudantil e dos indivíduos que integram e estão nas mobilizações. Ao convocarem os estudantes a se reunirem nas praças, os líderes estudantis preconizam a imagem messiânica e de vanguarda do movimento, centralizadas no líder estudantil, que pronuncia *slogans*, provoca os inimigos e conclama os estudantes à mobilização. Ao mesmo tempo, usam o espaço público da cidade para externar as propostas do movimento estudantil e evidenciam a publicização da ideologia do movimento, apropriando-se, assim, dos diferentes significados de praças e ruas. As manifestações nas praças podem ser percebidas como o clímax do movimento, que se projetava até a chegada dos policiais, marcada pelo enfrentamento e pela fuga dos estudantes. Em algumas ocasiões, quando “vazava” a informação das manifestações, os policiais esperavam de prontidão pelos estudantes. Uma imagem imortaliza essa afirmação: a praça dos Bandeirantes cercada por policiais.

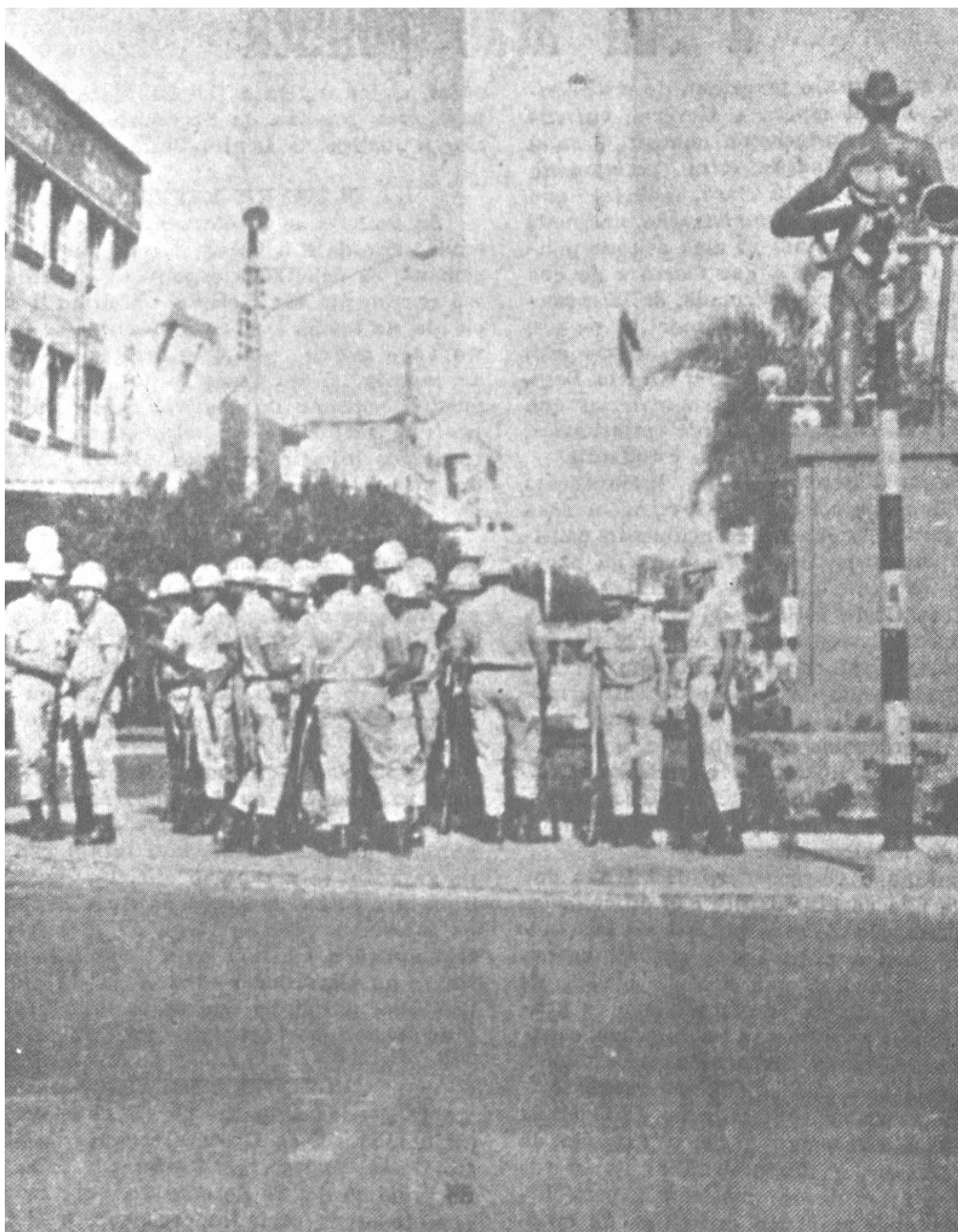


FIGURA 12 – Policiais militares de prontidão na praça dos Bandeirantes²⁵⁹

Se as praças são reconhecidas como espaço de aglomeração, as ruas são representadas como espaço de passeatas e fugas. No meio estudantil, as passeatas são o enfrentamento mediado por cartazes e faixas, com frases apelativas e desafiantes, seguidas de *slogans* e pronunciamento de curto alcance. A fotografia a seguir mostra a passeata de estudantes do Instituto de Educação de Goiás (IEG) por causa da mudança do nome da instituição para Escola de Educação Antônio Caiado; isto é, mostra as reivindicações pró-educação e contra as medidas e a repressão do governo militar.

²⁵⁹ O POPULAR. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 89.



FIGURA 13 – Protesto de estudantes do Instituto de Educação de Goiás²⁶⁰

Segundo a ex-militante Olga Darck Pimentel, a mudança de nome ocorreu nas férias; mas, no início das aulas, a direção do grêmio, de que ela fazia parte, *mobilizou os estudantes, decretando greve por tempo indeterminado*. A passeata foi para a Assembléia Legislativa, *instalando plantão de pressão na Assembléia de forma ininterrupta*.²⁶¹ A justificativa de Olga para a mobilização era a associação com a oligarquia dos Caiado, destituída da política goiana após 1930; contra essa associação havia a imagem de Pedro Ludovico e a construção de Goiânia, justificando as discussões anteriores sobre a defesa do governador Mauro Borges.

De início usada como espaço de protesto, a rua é reconhecida pelos ex-militantes como o espaço da fuga e, em alguns casos, de enfrentamento da repressão, representada pelos policiais. A imagem a seguir flagra policiais em perseguição a estudantes.



FIGURA 14 – Policiais perseguem estudantes no centro da capital goiana²⁶²

²⁶⁰ O POPULAR. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 87.

²⁶¹ In: DIAS; DIAS, 1990, p. 174.

²⁶² O POPULAR. In: DIAS; DIAS, 1990, p. 86.

Visualizados pela fotografia dos jornais da década de 1960, esses espaços são recortes de imagens e espaços construídos pelos estudantes, isto é, do uso que fazem do espaço público, conduzindo a ação estudantil e determinando, intencionalmente ou não, a captura de imagens. São esses recortes que apontam os locais a serem priorizados: as praças ou ruas que fariam repercutir as mobilizações. Com isso, construíam outro mapa da cidade: o da ação (pelos estudantes); o da repressão (elaborado pelos representantes da ditadura militar); e o da rememoração (elaborado pelos ex-militantes no presente em que se recordam), pois — como nos lembra Seixas — é no presente que a memória é atualizada.²⁶³

Esse novo mapa, de significados diferenciados pelo olhar social e cultural dispensado pelos diferentes grupos envolvidos (militantes estudantis, representantes da repressão e da sociedade), é atualizado como espaço urbano decodificado e transformado simbolicamente nas memórias dos ex-militantes na década de 1990. Pode ser comparado com um labirinto de signos produzidos pelo distanciamento entre o real e o imaginário, em que os ex-militantes se transformam pelo discurso que impetram como sujeitos históricos do processo político em marcha nos anos de 1960 e sobre o qual refletiam no passado vivido e no presente de rememoração.

A elaboração do espaço da ação pela memória dos ex-militantes prioriza e gera significados às pessoas que vivem e conhecem tal espaço: uma outra Goiânia, uma cidade elaborada e construída por imagens físicas e psicológicas. Os símbolos e o poder simbólico²⁶⁴ desses espaços correspondem a uma cidade não conhecida, não pronta: em gestação. Ao buscarem uma nova Goiânia, embora a reconheçam como moderna, partem da perspectiva de transformação ideológica dos moradores, proposta cunhada na concepção revolucionária desses estudantes. No entanto, há uma relação contraditória no discurso destes ex-militantes: mesmo que evidenciem as transformações ideológicas da população goianiense, esta ocorre pela aceitação de tê-los como representantes por terem consciência e lutarem pela transformação do estado e por uma identidade goiana que a aproxime da identidade nacional.

Como dissemos, os espaços físicos de Goiânia são usados pelos estudantes e, depois, reconstruídos pelos ex-militantes pela proporção e pelos significados atribuídos a eles no imaginário goiano. Porém, ao se apoderarem desses espaços, constroem uma *autonomia* do movimento estudantil relativo à sociedade. Compreendidos como espaço

²⁶³ SEIXAS, 2001.

²⁶⁴ Ver: BACZKO, 1982.

de lazer e realização de atividades cotidianas, os espaços públicos são congregados em função do grupo de estudantes e suas reivindicações, visualizadas pela população, pela imprensa e pelos políticos do estado. A busca de *autonomia* do movimento estudantil é compreendida como fator de promoção das manifestações estudantis e do espaço da cidade como mecanismo para os tornarem conhecidos e respeitados pela sociedade. Ao evidenciarem uma referida *autonomia*, os ex-militantes são moldados pela angústia e pelo medo de perder os significados atribuídos por eles ao *ser estudante*.

A educação foi empregada para moldar as relações entre os estudantes, a sociedade e o governo. Segundo Germano,²⁶⁵ a política educacional do regime militar associa a escassez de verbas para a educação pública com o interesse pela eliminação do exercício da crítica e das ações políticas, objetivando a adesão de segmentos sociais para o projeto de dominação do regime. Com isso, inicia-se, então, o discurso da *privatização do ensino* e o *controle político e ideológico do ensino*,²⁶⁶ usando processos de repressão e perseguições a professores e alunos. Outro ponto indicado por Germano é o acordo educacional entre Estados Unidos (EUA) e Brasil: o conhecido MEC/USAID.²⁶⁷ Os recursos recebidos dos EUA até meados do governo Goulart — direcionados à educação primária e alfabetização de adultos — são suspensos pela discordância com o governo, para serem retomados no governo militar; porém, agora eram direcionados à educação superior. A associação desses fatores levou à radicalização dos estudantes rumo à autonomia educacional, política e social contrária à privatização e ao controle ideológico do ensino. Evidencia-se aí o nacionalismo da educação e da sociedade, contrários à política de intervenção internacional nos meios universitários gerada pela presença de um órgão dos EUA e pela modificação do ensino universitário brasileiro.

Essas discordâncias impulsionaram os embates entre estudantes e governo militar, justificados pela busca de autonomia e nacionalismo, assim como pelos posicionamentos cristalizados na seleção e no uso dos espaços físicos através de manifestações, passeatas e reivindicações. Os estudantes associaram as reivindicações por reforma universitária com a defesa da economia e dos bens naturais do país como pontos que cristalizavam o ideário de autonomia e nacionalismo, percebidos no discurso dos ex-militantes:

²⁶⁵ GERMANO, José Wellington. *Estado militar e educação no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

²⁶⁶ GERMANO, 2005, p. 104–5.

²⁶⁷ GERMANO, 2005, p. 104–5.

*A reforma educacional era uma das chamadas reformas de base constante no ideário nacionalista e progressista da época. Além disso, como medidas de modernização do Brasil e um desenvolvimento para o povo. [...]. Outras bandeiras [...] uma forte gritaria contra as multinacionais/imperialismo americano do norte. [...] a favor da cultura popular, alfabetização.*²⁶⁸

O ideário nacionalista assumido pelos estudantes na década de 1960 e enfatizado nos relatos dos ex-militantes se justifica por uma construção histórica, enfatizada por Vidal e Souza, relativa à conquista do espaço iniciada com a penetração dos bandeirantes, e reconhecida como *gênese de um país com identidade própria*.²⁶⁹ Segundo essa autora, a imagem do bandeirismo se agrega às representações de conquista do território, atuando no mecanismo de construção cultural e inserção no processo simbólico de construção da nação brasileira.²⁷⁰ Da mesma forma, a sociedade goiana faz associações com a imagem do bandeirante na praça dos Bandeirantes: essa parte da Nação integra o estado ao país.

Os ex-militantes estudantis deixam transparecer imagens reconstruídas que denotam a autonomia do movimento estudantil goiano e, em alguns casos, uma comparação de ostentação com o movimento nacional. Realizações comumente apontadas como a construção e transferência da capital federal do estado, aprovação e criação da UFG e CEU (no fim da década de 1950, início da de 1960), além do apoio ao governador Mauro Borges após sua deposição do cargo pelo governo militar, em 1964; a reconstrução desse processo é comparada pelos ex-militantes com a mobilização do maio francês e suas barricadas, ao enfatizar o uso das armas em defesa de um político.

Contudo, as reivindicações dos estudantes goianos em prol da autonomia e do nacionalismo constituem o discurso e a ação em âmbito estadual e nacional, num processo discursivo de integração ao movimento estudantil organizado em âmbito nacional. Para os ex-militantes, ser brasileiro correspondia a ter acesso a uma educação com moldes *nacionais*, interpretados como *nacionalistas*; e ter autonomia em seu país era contrariar as determinações dos EUA e dos militares para a educação e a política. Assim, autonomia e nacionalismo se atrelam a fatos da educação como o acordo

²⁶⁸ Pedro Wilson. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²⁶⁹ VIDAL E SOUZA. Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: ed. da UFG, 1997, p. 41.

²⁷⁰ VIDAL E SOUZA, 1997, p. 41

MEC/USAID e os acordos políticos com os EUA. Como afirma o ex-militante Juarez Ferraz de Maia,

*[...] a luta contra esses acordos por mais verbas para a educação, pela democratização e autonomia das instituições de ensino, se expressa enquanto força motriz para o desencadeamento das mobilizações contra a ditadura militar e o imperialismo.*²⁷¹

A *força motriz* do movimento estudantil se cristaliza em dois pontos discutidos: busca de autonomia e nacionalismo com justificativas para a defesa da sociedade. Ao serem compreendidos pelos estudantes, esses dois pontos promovem a consciência estudantil: motiva as ações e construções simbólicas dos estudantes, reafirmadas nos relatos dos ex-militantes. Justificam a defesa do país com as bandeiras impetradas *a favor das riquezas nacionais (petróleo, minérios, energia, Amazônia, produção para o mercado interno*²⁷²), enfatizando a educação, pois *havia ainda bandeiras a favor da cultura popular, alfabetização com o método Paulo Freire, movimento de alfabetização da Igreja.*²⁷³ Nessa defesa da educação, da economia e das riquezas naturais, os ex-militantes se aproximam de uma imagem que reafirma o nacionalismo no presente de rememoração; pois são esses agentes políticos em elaboração de discurso afirmativo e ponderado de *heróis* do passado que representam a geração, o movimento estudantil e as propostas da década de 1960.

Os ex-militantes buscam o reconhecimento da ação do passado no presente, projetadas no futuro, com base na educação e na política. Constroem e reafirmam a imagem do herói nos diferentes tempos da ação, do vivido e do rememorado. O ex-militante, ex-deputado federal filiado ao PCB, em Goiás, na década de 1990, Aldo Arantes faz essa construção de imagens e elaboração temporal:

*[...] eu fui o primeiro goiano presidente da Une [...] sempre estou à disposição de vocês inclusive em debate [...], pra discutir, pra aprofundar aí mais especificamente essa questão da CPI, do Collor, vocês sabem, eu fui Deputado Federal, eu tenho uma série de informações [...] e me coloco à disposição [...] para debates que [...] vocês interessem em fazer sobre essa questão.*²⁷⁴

²⁷¹ In: DIAS; DIAS, 1990, p. 168.

²⁷² Pedro Wilson. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²⁷³ Pedro Wilson. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. I.

²⁷⁴ Aldo Arantes. CADERNO DE ENTREVISTA, vol. III.

A política organizacional do movimento estudantil e de seus ex-militantes no presente de rememoração denota a política enfatizada por Rosanvallon,²⁷⁵ para quem a política e a história do político não são domínio ou instância, mas um lugar. E nesse lugar do *político* é articulada, socialmente, a representação simbólica que enraíza a experiência coletiva e a reflete.²⁷⁶ Organizadas num tempo e espaço, as memórias dos ex-militantes evidenciam não necessariamente o passado, mas a imagem e seus significados elaborados do passado, cristalizados no presente; também conduzem a disputas ou lutas de representação individual frente ao coletivo. Borges nos alerta sobre o uso e as manipulações da história, constantes na prática política: *procura-se sempre reconstruir o passado em função de tendências políticas do momento.*²⁷⁷

As memórias desses ex-militantes são, antes, memórias políticas, reconstruídas pela relação sentimental que têm e pela necessidade de afirmação no tempo presente. Nessa rememoração política, o espaço e os objetivos de autonomia e nacionalismo são evidenciados: os ex-militantes vivenciaram o movimento estudantil e realizam os objetivos para justificá-lo no presente, construindo uma imagem a ser seguida, aclamada e respeitada. Vinculam-se à política institucional e partidária de Goiás: *ser estudante* remonta à imagem da consciência e da responsabilidade pela sociedade, cujo caráter de autonomia e nacionalismo não se perde no passado porque é reconstruído e remontado conforme os interesses da sociedade no presente. A imagem do estado e os espaços de militância são organizados à luz de uma prerrogativa política e imaginária para promover e instituir o tempo presente segundo as necessidades e os interesses desses ex-militantes. Logo, a educação no país é usada para unir os militantes do passado aos jovens no presente, e a sociedade que justificam defender no passado é apontada como justificativa do posicionamento político partidário. Além disso, educação e sociedade ressoam como propostas políticas defendidas no presente, justificadas pela representação da ação no passado.

Essas construções do passado no presente projetadas no futuro vão permear a ação e as propostas de autonomia e nacionalismo feitas nos relatos dos ex-militantes estudantis goianos. As memórias são atualizadas segundo as necessidades de afirmação no presente: apropriam-se do passado e o atualizam com prerrogativas para o futuro.

²⁷⁵ ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista brasileira de história*, ANPUH: Contexto, n. 30, 1995.

²⁷⁶ ROSANVALLON, 1995, p. 30.

²⁷⁷ BORGES, Vavy P. História e política: laços permanentes. *Revista brasileira de história*, São Paulo: Marco Zero, 23/23, 1992, p. 11.

Como afirmou René Rémond, *o campo do político não tem fronteiras fixas*.²⁷⁸ E a memória desses agentes será usada como representação de imagens elaboradas e atualizadas constantemente, de acordo com o tempo presente em que os indivíduos estejam inseridos, necessitando de afirmação. Mesmo projetadas no futuro, é no tempo presente que ela é atualizada, reconstruída e usada politicamente; os projetos e promessas para o futuro continuam imateriais, só no imaginário da população.

²⁷⁸ RÉMOND, René. *Do político*. Por uma história política. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1996, p. 442.

Considerações Finais

Com esta pesquisa, procuramos compreender como os ex-militantes estudantis goianos que atuaram em Goiânia selecionam e reconstroem suas memórias sobre a militância na década de 1960, influenciadas pelo contexto político e social do presente de rememoração — a década de 1990. Tais memórias e as imagens que dela derivam denotam o caráter da ação, explicada pela consciência política dos estudantes. No discurso dos ex-militantes, os estudantes se tornam representantes e defensores da sociedade, além de se reconhecerem como inimigos dos representantes do governo militar, a exemplo dos diretores das instituições de ensino e os policiais. No entanto, apontam seus inimigos não apenas porque prejudicam a sociedade, mas também, e essencialmente, porque esses inimigos inviabilizam projetos dos estudantes como a ascensão social pela educação.

Em suas narrativas, os ex-militantes constroem a noção de imparcialidade: ser estudante é ser imparcial e consciente politicamente, vinculando a imagem de austeridade à sociedade. Contudo, essa imagem de imparcial está direcionada ao não-posicionamento político praticado pelos militares; daí que são eles parciais ao movimento estudantil. Assim, destacamos que as auto-imagens construídas pelos ex-militantes evidenciam o caráter político da ação no presente da rememoração dos fatos: busca de reconhecimento que não só está no passado, como também se justifica no presente pela atuação político partidária. Logo, o relato dos ex-militantes reafirma a perspectiva de representantes da sociedade no presente e no passado: no presente, eles têm o caráter do *ser estudante* construído na década de 1960, consciente e imparcial/parcial, e reelaborado no presente, conforme as necessidades apresentadas na década de 1990.

Essa perspectiva criada pelos estudantes como representantes da sociedade é fundamentada e cristalizada no presente pela educação e pela política. A imagem do *ser estudante* organizada pelos ex-militantes é o ponto que desvincula as auto-imagens de outros políticos; e para tal diferenciação, enfatizam como justificativa a experiência e a consciência adquiridas no processo educacional e político da militância estudantil. A consciência política, social e econômica a que os ex-militantes se referem é possibilitada pelo saber científico proporcionado pelas instituições de ensino. No dizer dos ex-militantes, essa consciência os diferencia política e socialmente.

Com base nas memórias, uma experiência enfatizada na criação da imagem do indivíduo é o fato de os ex-militantes não se considerarem como parte da sociedade da década de 1960, definida por eles como *alienada e apática*. Isso porque se encontram numa posição privilegiada em relação à sociedade em seu conjunto. Tal imagem é construída pela vivência e pelo olhar consciente que acreditam ter no presente e no passado, adquiridos pela participação no que definem como *dias terríveis* da história política brasileira. Dentre as imagens elaboradas pelos ex-militantes, a caracterização de heróis em 1968 denota o caráter de um passado *romântico*, por acreditarem numa realidade diferente e possível.

Entretanto, no presente o romantismo revolucionário característico dos movimentos sociais de 1960 se mostra inviável e desacreditado: torna necessário o não-esquecimento da ação desses ex-militantes no passado — tempo a que se referem pela (re)criação de estudantes - heróis. Assim, ao construírem a imagem de um herói goiano cuja referência é a imagem do herói estudantil morto no Rio de Janeiro, os ex-militantes estudantis se aproximam de uma identidade nacional cuja retomada é referida por eles no presente de rememoração.

Noutra imagem construída pelos ex-militantes, a preocupação em não relatar, questionar ou criticar o não-posicionamento no golpe militar, em 1964, mostra-se como necessidade de afirmação do movimento estudantil e do caráter do ser estudante. O golpe está subentendido nas narrativas dos ex-militantes como divisão da mobilização estudantil. Ao omitirem o não-posicionamento estudantil contra as articulações militares e o golpe, os ex-militantes desvinculam o caráter de responsabilidade. Daí, então, a necessidade de promover o esquecimento no presente, isto é, para não desconstruir a auto imagem de representantes da sociedade.

Não acreditamos que o fato fora esquecido, mas sim que redimensionaram a seleção das memórias sobre 1964, incluindo outros aspectos como a deposição do governador Mauro Borges, em Goiás — comparada ao golpe e, em alguns casos, justificativa para a mobilização e conscientização dos estudantes goianos. Nesse processo de seleção e afirmação das imagens, que não mencionam o fato de 1964, os ex-militantes enfatizam 1968 como ano *mágico* e *inesquecível*, dado o caráter de identidade e imagem positiva do movimento estudantil. Nesse sentido, são as atividades e a relação positiva idealizada e construída no processo de atuação no movimento estudantil que influenciam e compõem as imagens da militância e do movimento estudantil goiano.

Essas imagens têm como espaço de organização e mobilização as ruas e praças de Goiânia, usadas pelo movimento estudantil como espaços de ação e lócus da busca de autonomia estudantil e nacionalismo. Dentre esses espaços selecionados pelos estudantes para cristalização da militância estudantil, estão as praças Cívica, dos Bandeirantes e Universitária, bem como as ruas e avenidas circunvizinhas, como as avenidas Goiás, Tocantins, Paranaíba, Araguaia e Anhangüera, e as ruas 10, 4, 5, dentre outras. Tais espaços simbolizam o poder de Estado e o desenvolvimento econômico, político e social para os goianos; logo, as manifestações estudantis feitas aí dão visibilidade e reconhecimento à ação do movimento estudantil no passado vivido e no presente rememorado.

As imagens do movimento estudantil goiano são usadas pelos ex-militantes como processo de afirmação política diante de seus interlocutores: os estudantes do presente. Os ex-militantes se auto-reconhecem como referência do movimento estudantil goiano na década de 1960 e dos políticos na década de 1990.

FONTES DE PESQUISA

CADERNOS DE ENTREVISTAS — volumes I, II e III (resultantes do projeto de pesquisa “O movimento estudantil goiano. Trinta anos de história — 1960–1990”). Centro de Pesquisa Histórica. Universidade Católica de Goiás.

Entrevistados:

- Bianor Ferreira de Lima: atuou no movimento estudantil no período de 1960 e 1963. Foi vereador e deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), cassado pelo Regime Militar.
- Hélio Garcia Duarte: atuou no movimento estudantil entre 1969 e 1971.
- Juarez Barbosa: atuou no movimento estudantil entre 1962 e 1960. Vinculado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)
- Liz Elizabeth Amorim Melo Duarte: atuou no Movimento Estudantil no período de 1969 a 1972.
- Nilva Maria Gomes Coelho: atuou no movimento estudantil entre 1965 e 1968.
- Pedro Wilson Guimarães: atuou na década de 1960, formado em Ciências Sociais e Direito, ajudou a fundar a Ação Popular (AP) e o Partido dos Trabalhadores (PT).
- Valdi Camárcio: participou do movimento estudantil no período de 1967 a 1971.

DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. *Desafiando a utopia*. Goiânia: ed. da UCG, 1990. 188p.

Entrevistados:

- Allan Kardeck Pimentel: foi presidente do Grêmio Literário Felix de Bulhões, dirigente regional da VAR-Palmares.
- Athos Magno Costa e Silva: em 1968 — presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Uberlândia (DCE/UFMG); em 1970 — guerrilheiro da VAR-Palmares.
- Athos Pereira da Silva: militante vinculado à Aliança Libertadora Nacional (ALN) e ao PCB.
- Euler Ivo Vieira: em 1968 — presidente do Grêmio Wander Borges, Vice-Presidente da União Brasileira de Estudantes Secundarista (UBES), Militante da AP.
- Juarez Ferraz de Maia: entre 1967–68 foi presidente da CGE.
- Marcantônio Della Corte: foi dirigente secundarista do Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1966, e dirigente do comitê secundarista do PCB, em 1968.
- Olga Darck Pimentel: em 1968 foi presidente do Grêmio do Instituto de Educação de Goiás (IEG); em 1969 se integrou ao Colina, engajando-se no processo de luta armada.
- Paulo Silva de Jesus: foi presidente do Grêmio Livre Wander Borges e militante do PCB.
- Pedro Wilson Guimarães: em 1968 foi estudante de Ciências Sociais e militante da AP.

– Valdi Camárcio: em 1968 foi dirigente do Centro Acadêmico de Medicina; em 1969, presidente do DCE da Universidade Federal de Goiás.

DUARTE, Terezinha. *O movimento estudantil em Goiás — Trinta anos de História — 1960–1990*. Goiânia, 1993. 50p. Relatório Final (Projeto desenvolvido sob a coordenação do prof. Gil César Costa de Paula) — Universidade Católica de Goiás.

Entrevistas

ARANTES, Aldo. *Entrevista*. Goiânia, 14 de junho de 2002. Ex-militante estudantil, ex-presidente da União Nacional do Estudantes (UNE), filiado ao PC do B em Goiás.

MAIA, Cláudio. *Entrevista*. Goiânia, agosto de 2001. Aluno do curso de História e participante do movimento estudantil em 1990; em 2001, professor do curso de História da UFG, Campus de Catalão.

DIAS, Waldomiro. *Entrevista*. Goiânia, março de 2002. Ex-militante, integrante do grupo “Tortura nunca mais”, em Goiás; irmão do estudante e desaparecido político Marco Antônio Dias.

Arquivos consultados – Arquivo Histórico Estadual de Goiás

Jornais consultados

4º PODER: maio/1964

CINCO DE MARÇO: jul./1961; jan.–nov./1967; dez./1968; dez./1969

CORREIO DO ENSINO: maio/1969

DIÁRIO DE GOIÁS: jul.–ago./1964

FOLHA DE GOIÁS: jan.–dez./1959; jan.–out./1960; jul.–ago./1961; mar.–maio/1964

GAZETA DE GOIÁS: jul.–ago./1964

JORNAL BRASIL CENTRAL: jul./1961; jan.–nov./1967; dez./1969

JORNAL DE NOTÍCIAS: jan.–dez./1959; jan.–jul./1960

O POPULAR: mar., nov., e dez./1964; nov./1966

O SÃO LUIZ: nov./1961; fev./1962

O UNIVERSITÁRIO: out./1961

TRIBUNA DE GOIÁS: set.–out./1963

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMAZONAS, João et al. *Uma epopéia pela liberdade: guerrilha do Araguaia 30 anos*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- ARENDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática/Brasília, 1988.
- ARNS, Evaristo. *Brasil: nunca mais — um relato para a história*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: Anthropos – Homem. *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 5. Porto: Einaudi–Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1985.
- BÉRGSON, Henri. *Matéria e memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos dormientes*. Goiânia: ed. da UFG, 1990.
- BORGES, Vavy P. História e política: laços permanentes. *Revista brasileira de história*, São Paulo: Marco Zero, 23/23, 1992.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BURKE, Peter. História como memória social. In: _____. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARDOSO, Ciro F.; MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista de estudos avançados*, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, n. 5/11, 1991.
- CHAUL, Nars Fayad. (Coord.). *Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias*. Goiânia: Kelps, 1998.
- CHAUL, Nars Fayad. *A construção e a transferência da capital*. 2ª ed. Goiânia: ed. da UFG, 2001a.
- CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás — da construção da decadência aos limites da modernidade*. 2ª ed. Goiânia: ed. da UFG, 2001b.
- DIAS, Renato; DIAS, Ricardo. *Desafiando a utopia*. Goiânia: ed. da UFG, 1990.
- DREIFUS, René A. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento das clínicas*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *O Brasil Pós-“Milagre”*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GABEIRA, Fernando O que é isso, companheiro? Rio de Janeiro: CODEGRI, 1979.
- GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: ed. da Unesp, 1992.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1984.
- GERMANO, José W. *Estado militar e educação no Brasil*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GURGEL, Roberto M. *Extensão universitária; comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HELOU, Suzana (Org.). *Césio-137: conseqüências psicossociais do acidente de Goiânia*. Goiânia: ed. da UFG, 1995.
- HODGKIN, T. Mahdisme, messianisme et marxisme dans le contexte africain. In: _____. *Présence africaine*. Paris, 1970.
- HOLANDA, Heloisa B. de; GONÇALVES, Marcos A. *Cultura e participação nos anos 60*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HOLANDA, Heloisa B. de. *Impressões de viagem*. CPC, vanguarda e desbunde: 1960/1970. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. *Lamarca*. O capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 1980.
- LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LEVI, Primo. *Os afogados e sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LOPES, Maria Aparecida de S. (Org.) *Fronteiras, paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho d'água, 2003.
- MACHADO, Maria Cristina T. *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*. Goiânia: ed. da UFG, 1990.
- MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil*. 1916–1985. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- MATTOS, Olgaria C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MAUAD, Ana Maria. Memórias do contemporâneo. *Nossa história*, São Paulo, fev./2006.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A fotografia como documento — Robert Capa e o miliciano abatido na Espanha: sugestões para um estudo histórico. *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 14, 2003.
- MORAES, D. A. *Esquerda e o golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAIS, Tais; SILVA, Eumano. *Operação Araguaia. Os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração, 2005.
- NETTO, Antonio G. M. et al. (Coord.). *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1987.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história*, São Paulo (SP): Educ, n. 10, 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Oralidade e interpretação: movimento do dito e do esquecido. O imaginário da dispersão, do impreciso, do indistinto, daquilo que pode não ser assim. In: FERREIRA, Jerusa Pires (Org). *Oralidade em tempo & espaço*. São Paulo: Educ, 1990.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- PEREIRA, Carlos Alberto. *O que é contracultura*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9–27, 1995.
- POLLAK, Michael. Memória e esquecimento. *Revista estudos históricos*, Rio de Janeiro, ed. da FGV, n. 3, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. *Projeto história*, 1997.
- REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC*. 4ª ed. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 2001.
- REIS FILHO, Daniel A. *A revolução faltou ao encontro*. MCT/CNPq: Brasiliense, 1990.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: ed. da FGV, 1996.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. *Revista brasileira de história*, ANPUH, Contexto, n. 30, 1995.
- SANDES, Noé Freire. Memória, nação e região: a identidade em questão. In: _____. (Org). *Memória e região*. (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas). Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.
- SCHWARZ, Robert. Cultura e política, 1964–69. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SEIXAS, Jacy Alves de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIERREZ, Horacio; NAXARA, Márcia R. C.; SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos da memória em terras da história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stela; NAXARA, Márcia. (Org). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: ed. da Unicamp, 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in) atual para a história? *Projeto história*, v. 24, São Paulo: Educ, 2002.

SYRKIS, Alfredo. *Os carbonários; Memória da Guerrilha Perdida*. São Paulo: Global, 1981.

TEIXEIRA, Maria Dulce L. *Mauro Borges e a crise político-militar de 1961 em Goiás: movimento da legalidade*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

THOMPSON, E. P. A Miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1981.

VENTURA, Zuenir. 1968: O ano que não terminou. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIDAL E SOUZA. Candice. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: ed. da UFG, 1997.

ZUMTHOR, Paul. *Tradição e esquecimento*. São Paulo (SP): Hucitec, 1997.

Monografias, dissertações e teses

ALVES, Josefa Aparecida. *Sociabilidades urbanas: o olhar, a voz e a memória da praça Tubal Vilela (1930–1962)*. 2004. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BORGES, Barsanufio Gomides. *Goiás: modernização e crise (1920–1960)*. 1994. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Ciências, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARDOSO, Lucileide C. *Memória e poder — as criações memorialísticas e o regime de 64*. 1993. Dissertação (mestrado em História) — Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. (Mimeo).

DUARTE, Teresinha. *Entre a realidade e a utopia*. O movimento estudantil goiano na década de 60. 1994. Monografia (graduação em História) — Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

FERNANDES, Marilena J. A. *História, memória e (res)sentimento: Pedro Ludovico Teixeira*. 2002. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MARINHO, Marcelo B. *Identidades em construção — suas matrizes ideológicas e mecanismos discursivos. A propaganda nos projetos de modernização de Goiás. A nova capital: Goiânia — décadas de 1930–1940*. 2001. Dissertação (mestrado em História) — Faculdade de História da Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

MELLO, Márcia M. de Moderno e modernismo: a arquitetura dos dois primeiros fluxos desenvolvimentistas de Goiânia, 1933 a 1950 — 1950 a 1964. 1996. Dissertação

(mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo.

REDUCINO, Marileusa de Oliveira. *Uma praça e seu entorno: plasticidades efêmeras do urbano, Uberlândia — século xx*. 2003. Dissertação (mestrado em História) — Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

SILVA, Ana Lúcia da. *A revolução de Trinta em Goiás*. 1982. Tese (Doutorado em História) — Faculdade de Ciências, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

Documentos em meios eletrônicos

URL: www.historianet.com.br/imagens. Acesso em: 5 de dez. 2005.

<http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0105-03.htm>>.

www.historianet.com.br/imagens/cem_mil_2.jpg

http://www.une.org.br/cuca/poder_jovem.asp>. Acesso em: 3 de jan. 2006.